

Brasil decide o que fazer com a dívida argentina

Com relativa folga de caixa, o Brasil decide hoje com o México, Venezuela e Colômbia se os quatro vão rolar ou amortizar a dívida contraída no final de março pela Argentina. Ao mesmo tempo, saca nova parcela de US\$ 390 milhões do financiamento ampliado do Fundo Monetário Internacional, enquanto a economista desse organismo, Ana Maria Jul, se debruça mais uma vez sobre os números para avaliar o desempenho da economia brasileira.

Com o novo saque de hoje, previsto originalmente para junho, o Brasil já completa US\$ 1,04 bilhão levantado junto ao FMI, este ano. Em março, o FMI liberou a parcela de US\$ 394 milhões e, este mês, US\$ 256 milhões de financiamento compensatório à quebra da receita com exportações.

A dívida do Brasil com o FMI sobe para US\$ 4,234 bilhões. Além do ingresso de US\$ 1,04 bilhão este ano, o Brasil levantou US\$ 544 milhões em 1982 e US\$ 2,65 bilhões no ano passado. O País sacará duas outras parcelas de US\$ 390 milhões cada do financiamento ampliado, em setembro e dezembro, caso consiga manter o cumprimento das metas traçadas na quinta carta de intenções do País ao FMI.

Para verificar a execução das metas, a economista chilena do FMI, Ana Maria Jul, chefe-adjunta da Divisão do Atlântico, passou o dia de ontem nas secretarias de Abastecimentos e Preços, de Articulação com os Estados e Municípios e de Orçamento e Finanças. Com o desempenho favorável das contas externas, mas diante da inflação irreduzível, Jul concentra o trabalho de avaliação da economia brasileira nos números da política fiscal, do orçamento monetário, da evolução do mercado financeiro e do déficit público.

Situação da Argentina

Hoje, Brasil, México, Venezuela e Colômbia definirão o que fazer diante da incapacidade argentina de pagar, até ontem, a dívida de US\$ 300 milhões acumulada com os países latino-americanos. A parcela coberta pelo Brasil foi de US\$ 50 milhões. No dia 30 de abril, os quatro países credores haviam concordado em promover a primeira prorrogação de prazo por 30 dias. O Banco Central do Brasil evitou comentar a situação da Argentina e nem revelou se o governo Alfonsín pediu a segunda prorrogação de prazo, até que conclua a renegociação da dívida com o FMI e os bancos internacionais.

Embora a operação de emergência, montada no final de março para evitar a inadimplência da Argentina e o caos do sistema financeiro internacional, tivesse o prazo original de 30 dias, Guy Huntrods, diretor da Divisão Latino-Americana do Lloyds Bank, de Londres, um dos bancos que também entraram com US\$ 100 milhões, já admitia, na época, que o governo Alfonsín precisaria de três meses para pagar o crédito especial — empréstimo-ponte.

Como a operação teve caráter político, o Brasil, o México, a Venezuela e a Colômbia não imporão, agora, nenhuma restrição ao eventual pedido da Argentina por mais prazo para liquidar os US\$ 300 milhões. No caso brasileiro, a relativa folga de caixa permite a rolagem tranqüila dos US\$ 50 milhões que a Argentina deve.

Jul vê os preços

A chefe da Divisão do Atlântico do fundo Monetário Internacional (FMI), Ana Maria Jul, reuniu-se, ontem, com o secretário da Seap, Milton Dallari, de quem ouviu uma exposição a respeito do comportamento da inflação no período janeiro/maio deste ano, e uma análise da expectativa do crescimento dos preços, em junho e nos meses seguintes.

Segundo Dallari, a exposição incluiu uma apreciação sobre o comportamento dos preços dos alimentos na composição dos índices inflacionários, com a demonstração da ocorrência de uma redução na pressão desses produtos, em comparação com os últimos meses do ano passado.

Plano de austeridade na República Dominicana

O governo da República Dominicana iniciou ontem um plano de austeridade no consumo de energia elétrica e combustíveis e suspendeu as viagens de funcionários (exceto da Chancelaria e do Ministério do Turismo) ao exterior.

As medidas, que seguem a suspensão das negociações com o Fundo Monetário Internacional, foram decididas em reunião do Conselho do Governo, formado pelos ministros e diretores de órgãos oficiais. As determinações:

reduzir 25% no consumo de combustível nas repartições públicas, proibir o uso de veículos oficiais (a menos que em serviço), apagar as luzes dos edifícios governamentais à noite e das principais avenidas de madrugada para economizar energia termelétrica.

As medidas foram anunciadas depois de o presidente Jorge Blanco concluir dois dias de visitas domiciliares a 14 dirigentes.

O FMI na Venezuela, verificando a economia.

Os integrantes de uma missão técnica do FMI, que está fazendo sua rotineira visita anual à Venezuela, iniciam na próxima segunda-feira as conversações com as autoridades venezuelanas sobre as projeções econômicas do país.

Vários integrantes da missão já estão em Caracas, e o chefe do grupo, Martin Hardy, deve chegar entre hoje e amanhã, em companhia de Miguel Angel Senior, diretor do FMI para a Venezuela e outros 12 países. A missão vai elaborar um informe preliminar sobre a economia venezuelana, que será em seguida submetido à diretoria do Fundo, que, em agosto, divulgará o informe final com sua avaliação e recomendações.

A Venezuela negou-se várias vezes a implantar programas de austeridade do FMI como condição para renegociação de sua dívida externa de US\$ 35 bilhões, a quarta maior da América Latina.